

COOPERAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE CONHECIMENTO EM CABO VERDE

Elizabeth Pilar Challinor
Centro de Estudos de Antropologia Social
Lisboa

A antropologia do desenvolvimento é uma área de investigação em expansão que se cruza com o debate nas ciências sociais sobre a natureza da globalização e da modernidade (Santos, 2001; Sutcliffe, 1999; Jameson, 1998; Giddens, 1990; Featherstone, 1990, 1995). Nos últimos cinquenta anos, a ideia do desenvolvimento tornou-se chave para analisar a relação entre as nações ricas e industrializadas e as nações pobres e emergentes (Cooper e Packard, 1997: 4). Nos anos cinquenta, com o declínio do colonialismo, desenvolveram-se muitas expectativas em relação às potencialidades do desenvolvimento para aliviar a pobreza e promover o bem-estar de todos. Estas expectativas contribuíram para a criação de novos elos de ligação entre os governos nacionais dos países ricos e pobres e para o surgimento de novas instituições de ajuda e desenvolvimento. Este optimismo foi desafiado nos anos sessenta pelos teóricos do subdesenvolvimento na América Latina (e.g., Frank, 1967), que argumentavam que o desenvolvimento dos países ricos criava a pobreza nos países do sul. Nos últimos vinte anos, a ideia do desenvolvimento tem engendrado inúmeras confrontações: os pós-modernistas que acusam os agentes de desenvolvimento de imporem uma modernidade indesejável (e.g., Crush, 1995; Escobar, 1995 e Sachs, 1992); os defensores do mercado que denunciam o niilismo dos pós-modernistas e o estadismo dos mais ortodoxos (Cooper e Packard, 1997) e os agentes de desenvolvimento que insistem que precisam de quadros conceptuais simples e coerentes para combaterem a pobreza na sua prática diária (Edwards, 1989).

A antropologia tem contribuído para estes debates realçando a complexidade dos processos sociais que são, muitas vezes, simplificados, tanto pela linguagem dos projectos de desenvolvimento (Ferguson, 1990, Crewe e Harrison, 1998),

como pelo discurso político e pela linguagem comum sobre a natureza e os efeitos da globalização (Santos 2001). A antropologia também tem levantado questões fundamentais sobre a relação entre a construção social do conhecimento e o poder (Long e Long, 1992; Hobart, 1993; Bill e Kothari, 2001). Realça-se, neste campo, o trabalho de Escobar (1995) que analisa a forma como os países do Norte dominam os mecanismos de produção de conhecimento sobre os países do Sul. O seu trabalho inspira-se nas teorias de Foucault sobre a relação entre o conhecimento e o poder (1980).¹ Contudo, como estas mesmas teorias indicam, o exercício do poder nunca é total. A abordagem de Escobar analisa um sistema-mundo de práticas colectivas entre os países chamados “desenvolvidos” e “subdesenvolvidos,” omitindo o que poderíamos designar as “práticas micro-sociais.” A este nível, os mecanismos de produção de conhecimento não podem ser analisados unicamente à luz da teoria da dominação.

O seu alto grau de dependência da ajuda externa torna Cabo Verde um campo apropriado para investigar estas questões. Neste artigo, pretendo examinar as “práticas micro-sociais” no âmbito de um programa de cooperação em Cabo Verde, à luz de três tipologias de conhecimento. A primeira debruça-se sobre a abordagem de Escobar (1995), analisando o conhecimento como um “regime de poder” que é imposto. A segunda considera a perspectiva de Friedman (1996), encarando o conhecimento como uma “competência partilhada” que é transmitida e adquirida através da prática diária e da formação. A terceira tipologia salienta relações internas de poder, denominando o conhecimento como um “bem cobiçado” por actores locais.

Enquadramento Sócio-histórico do Programa de Cooperação

Em Cabo Verde, o símbolo paradigmático da dependência da ajuda externa encontra-se nas Frentes de Alta Intensidade de Mão-de-Obra (FAIMO) que operam no país desde o tempo colonial como uma forma de segurança social estatal. Antigamente chamadas “Apoio às vítimas sinistradas pela

Conhecimento em Cabo Verde

seca,” constituíam uma forma supostamente mais digna de distribuir a ajuda aos mais necessitados. Em vez de receberem donativos, as pessoas carenciadas eram recrutadas como trabalhadores para construírem estradas e, depois da independência, para realizarem obras de conservação do solo e da água, a fim de combater a desertificação nas encostas das montanhas. As obras mais comuns eram arretos (pequenos terraços feitos de pedra) e diques de correção torrencial. Os trabalhadores na construção dos arretos e diques incluíam serventes para carregar as pedras, cabouqueiros para abrir os caboucos,² pedreiros e o capataz responsável pela obra.

No tempo colonial, as frentes de apoio não passavam de medidas paliativas para atenuar o número de mortos provocado pelas secas que assolavam com frequência o arquipélago. As obras eram mal programadas e, às vezes, nem sequer acabadas. Depois da independência, a continuação de períodos de seca, em conjugação com outros factores, como por exemplo, questões relacionadas com a posse e o acesso à terra cultivável, tornou necessária a continuação das frentes de trabalho de forma a garantir a subsistência da população. A questão da produtividade das frentes começou a tornar-se uma preocupação.

As frentes passam a ser financiadas através de um Fundo Nacional de Desenvolvimento, cujo dinheiro provinha da comercialização da ajuda alimentar externa. Contudo, atrasos na chegada da ajuda alimentar e as demoras na sua revenda resultavam em frequentes atrasos no pagamento dos salários aos trabalhadores: um dos factores que terá contribuído para os baixos níveis de produtividade em algumas frentes. Um outro factor consistia nas falhas no acompanhamento e na assistência técnica. Uma possível causa de desmotivação dos trabalhadores (recrutados pelo Ministério de Desenvolvimento Rural e Pescas) em relação às obras de conservação do solo e da água é que raramente eram executadas nos terrenos cultivados pelos próprios trabalhadores. Esta foi uma das questões identificadas num programa de cooperação bilateral que visava a privatização das frentes.

Ocorreram várias tentativas de melhorar a produtividade das frentes levadas a cabo pelo Estado que não cabe aprofun-

dar aqui. A mais significativa foi a criação de uma empresa semi-privada—o Instituto Nacional de Engenharia Rural e Florestas (INERF)—que, ao fazer trabalho por empreitada, obrigava os trabalhadores a cumprirem tarefas em vez de horários.³ Porém, embora houvesse algum aumento de produtividade nas obras, continuavam a ser executadas em terrenos que não interessavam aos próprios trabalhadores. Neste aspecto, o programa de cooperação introduziu uma novidade. Incentivou as comunidades locais a criarem associações que realizavam contratos directamente com o Estado para a execução das obras em terrenos cultivados por elas próprios. Teve tanto sucesso que, não só se estendeu a outras ilhas,⁴ como acabou por servir de novo modelo para a gestão das frentes. Hoje, em Cabo Verde, uma grande parte das obras de conservação do solo e da água são executadas por associações.

A organização responsável pela implementação do programa em Cabo Verde, a *Agricultural Cooperative Development International* (ACDI), sediada nos Estados Unidos, auto-designava-se como uma organização privada sem fins lucrativos. Os seus objectivos consistiam na promoção do crescimento económico e do desenvolvimento da sociedade civil nos países em vias de desenvolvimento. O financiamento do programa provinha do doador bilateral, USAID, que tinha uma longa história de cooperação com Cabo Verde. O fomento de criação de associações locais começou em 1995, fundamentado em experiências anteriores que tinham recrutado e formado extensionistas a nível local para o fornecimento de assistência técnica no âmbito de um Programa de Assistência Rural (PAR), iniciado em 1982. Com a persistência dos períodos de seca, o apoio à agricultura de regadio deixou de ter tanto impacto. Em 1986, o PAR formou mais técnicos, seleccionados a partir das comunidades locais, para poder oferecer uma assistência técnica descentralizada em frentes de trabalho organizadas a nível comunitário. Os residentes identificavam as obras de conservação do solo que eram precisas nas suas zonas, entrando em negociação com os técnicos do PAR que trabalhavam em sintonia com o Ministério de Desenvolvimento Rural e Pes-

Conhecimento em Cabo Verde

cas. Sendo os trabalhadores residentes nas zonas onde eram feitas as obras, a motivação para produzir estruturas de qualidade e velar pela sua manutenção era muito maior.

Em 1990, o Programa de Assistência Rural acabou e os técnicos do programa foram integrados nas delegações locais da Direcção Geral de Agricultura, Silvicultura e Pecuária (DGASP). Em 1995, a USAID voltou a trabalhar em Cabo Verde com um novo projecto de dois anos, que visava aproveitar as experiências anteriores para uma privatização das FAIMO, a ser implementada pela *Agricultural Cooperative Development International*. Esta organização identificou algumas associações locais, convidando-as a fazerem a experiência de celebrar contratos com a DGASP para a execução de obras de conservação. A assistência técnica foi garantida pelos funcionários das delegações, antigo pessoal do PAR. No mesmo ano, foram mobilizadas várias comunidades para estabelecerem contratos com o Estado a fim de realizarem “frentes adicionais,” com o objectivo final de se criarem associações. Os processos de negociação para a escolha das zonas de execução das obras e para a escolha dos trabalhadores nas frentes ocorriam localmente a nível da comunidade, correspondendo desta forma, ao objectivo da ACDI de promover a participação e desenvolvimento da sociedade civil. Com a assistência do doador, as associações beneficiárias do programa juntaram-se em 1996 para criar uma associação chapéu—a Organização das Associações de Agricultores, Pecuários e Avicultores da Ilha de Santiago (OASIS)—que se tornou o seu interlocutor junto do Estado para a negociação dos contratos de conservação do solo e da água.

Muitas das “frentes adicionais” conseguiram produzir obras de melhor qualidade a um preço mais baixo: à semelhança das Frentes do INERF, estabeleciam tarefas que era preciso cumprir. A título de exemplo, os pedreiros, normalmente, construía entre seis a dez metros de arretos por dia nas frentes adicionais, enquanto que nas frentes tradicionais do Estado só era preciso cumprir um horário. O número de metros era decidido pelas comunidades em função da quantidade de pedra que havia no local, mas sempre com o

objectivo de haver um excedente depois de serem pagos todos os trabalhadores. Quanto mais metros eram construídos por dia, menos dinheiro era gasto em salários. Uma vez criada a associação, o excedente revertia para o fundo da associação, que, de acordo com os objectivos do programa, estava destinado à promoção de actividades geradoras de rendimentos, com o fim de diversificar os meios de subsistência da população.

Algumas das associações que tinham acumulado bastante excedente dos seus contratos, começaram a investir o seu dinheiro em empreendimentos, tais como, a abertura de uma loja dentro da comunidade, a compra de um camião para os trabalhos na frente e para aluguer. Contudo, estes investimentos também acarretavam riscos e outras associações receavam desperdiçar o dinheiro, preferindo guardá-lo no banco enquanto não tivessem a certeza de qual a melhor forma de o investir. As associações sedeadas em localidades de difícil acesso, com pouca água e sem electricidade tinham dificuldade em identificar projectos viáveis de investimento e havia algumas queixas de falta de apoio do doador na identificação de alternativas.

Nos primeiros anos, a prioridade de *Agricultural Cooperative Development International* consistia em ajudar as associações a executarem obras de qualidade e a cumprirem com rigor os contratos assinados com o Estado. Foi com este objectivo que a ACDI organizou uma formação para as associações nas áreas de engenharia rural e de contabilidade. Os resultados foram bem visíveis: as associações aprenderam a construir obras de conservação de uma qualidade superior à das FAIMO do Estado e a maioria conseguiu apresentar a contabilidade em dia. No decorrer dos anos, o pessoal cabo-verdiano empregue pelo doador, que conhecia bem as associações, começou a identificar outras necessidades de formação: não somente no que diz respeito à utilização do excedente, mas também em matéria de gestão e de associativismo. Constatava-se que a maioria dos sócios olhavam para as associações simplesmente como uma forma de satisfazer a suas necessidades individuais de ter trabalho e não reconheciam o potencial das associações como dinamizadores do

Conhecimento em Cabo Verde

desenvolvimento comunitário. Esta questão também já tinha sido levantada por um expatriado, especialista em desenvolvimento comunitário e extensão rural, nos primeiros anos do programa, que alertava as associações, designando-as por “FAIMO de outra farda.” Porém, o director da equipa expatriada dessa altura estava mais preocupado em trabalhar para garantir a sustentabilidade económica das associações. Constatava nos relatórios e documentação do programa que o doador só não tinha fomentado a criação de cooperativas em vez de associações por causa de experiências anteriores em Cabo Verde que tinham criado desconfiança nas populações. No entender do director, as associações deveriam funcionar como pequenas empresas, utilizando os excedentes dos contratos de obras de conservação como um trampolim para empreendimentos maiores. Consequentemente, o associativismo não foi identificado como uma necessidade de formação no início do programa. Em 1997, foi aprovado um novo programa, que veio a ser renovado em 2002 por mais quatro anos. A filosofia era a mesma, com o objectivo de fomentar mais oito associações novas por ano.

Ao longo destes anos, a equipa expatriada foi mudando e o pessoal cabo-verdiano começou a sugerir que se introduzissem novas formações. No entanto, as rubricas dos programas em curso não incluíam verbas para cobrir todas as áreas propostas. Numa nova mudança de equipa é contratada uma expatriada que acreditava firmemente na importância do papel das organizações de desenvolvimento comunitário. Numa entrevista concedida em Agosto de 2005, lamentava os “anos perdidos” pelas associações, tão empenhadas na construção de obras de conservação que não tinham desenvolvido outras capacidades necessárias para o desenvolvimento local. Argumentava que o desenvolvimento comunitário, e não simplesmente o emprego, devia ser o motivo principal das associações. Neste sentido, era preciso desenvolver as suas capacidades internas de participação e mobilização, para, por exemplo, pressionarem as autoridades locais a assegurarem os serviços básicos que faltavam nas suas localidades. Defendia também que o uso do excedente dos fundos não deveria beneficiar os sócios a título individual,

mas sim a comunidade inteira. Ciente de que as associações estavam longe deste modelo, no qual acreditava e que alegava ser aplicável no mundo inteiro, tinha introduzido algumas alterações no programa para incluir formações nas áreas de associativismo e do uso dos excedentes que estavam a ser realizadas em várias localidades nas ilhas de Santiago, Fogo e Santo Antão. Como o financiamento para este programa terminava em 2006, esta técnica guardava a esperança de poder introduzir alterações maiores se a USAID aprovasse o prolongamento da ajuda a Cabo Verde nesta área. Afirmava não estar contra as obras de conservação, mas pensava que poderia ser uma actividade paralela das associações e não a razão principal da sua existência.

Existiam em 2005 trinta e sete associações beneficiárias do programa na ilha de Santiago num total de setenta e duas nas três ilhas abrangidas. Este total não incluía mais cinquenta associações que já se tinham “graduado” do programa, vinte das quais na ilha de Santiago. O chamado “plano de graduação” do programa era uma medida que tinha sido adoptada por uma equipa anterior e que a expatriada da corrente equipa alegava constituir o seu “pior pesadelo.” Na realidade, a palavra “graduação” era um eufemismo para cortar o financiamento às associações que já tinham beneficiado cinco anos do programa, dando lugar, desta forma, à entrada de novas associações. O objectivo era o de obrigar as associações a desenvolverem um papel mais activo para garantirem a sua sustentabilidade, em vez de dependerem do programa. O problema, segundo a referida expatriada, estava nos critérios que tinham sido adoptados para a sua “graduação”: cinco anos no programa e três anos de contabilidade limpa. Existia outro critério, do qual a técnica da ACDI não tinha conhecimento, porque na realidade não se punha em prática: o de garantir 60% do financiamento da associação através de outras fontes. Se este critério tivesse sido aplicado, muitas das associações não teriam passado o teste de graduação. No entender da expatriada, a graduação de uma associação deveria depender do grau da sua capacidade interna de organização e não simplesmente do facto de ter estado cinco anos no programa. Embora ela não pudesse alterar esta política, a

Conhecimento em Cabo Verde

formação que estava a ser dada sobre o associativismo era aberta a todas as associações, beneficiárias e graduadas do programa.

O Conhecimento como um “Regime de Poder”

Uma breve consulta à página do doador na Internet (<http://www.acdivoca.org>) revela como o programa está inserido numa política geral deste, destinada a fomentar a criação de associações, cooperativas e instituições financeiras em África, no Médio Oriente, na América Latina, na Europa e na Ásia. É, neste sentido, que o programa poderá ser interpretado como um “regime de poder” imposto pelo Norte nos países do Sul. Segundo Escobar, as representações do Sul, que são construídas pelo Norte, baseiam-se numa concepção teleológica da história em que as sociedades devem progredir de uma etapa para outra rumo ao “desenvolvimento.” Os países industrializados são socialmente construídos como a norma. Cria-se, desta forma, uma relação de dependência entre países do Norte e do Sul em que o saber e o conhecimento técnico ocidentais são representados como a “solução” para os países não industrializados. As agências de desenvolvimento identificam as pessoas locais como “casos” ou “problemas” que precisam do seu tratamento profissional. As relações desiguais de poder entre o Norte e o Sul são, desta forma, camufladas como se fossem processos evolucionários, racionais e naturais (1991: 661-7). Vejamos como o doador descreve a sua missão:

ACDI/VOCA is a private, nonprofit organization that promotes broad-based economic growth and the development of civil society in emerging democracies and developing countries. Offering a comprehensive range of technical assistance services, ACDI/VOCA addresses the most pressing and intractable development problems.⁵

Embora este texto do doador seja exemplificativo da tese de Escobar, ele não deixa de ser uma declaração de intenções. Seria precipitado, portanto, corroborar a sua tese sem examinar as práticas que apoiam esta declaração. E, como ressalta do estudo de Ferguson (1990), também é preciso estar atento

aos efeitos imprevisíveis das intervenções dos projectos. Vimos como a criação de associações, em vez de cooperativas, foi uma medida que visava dissociar o programa das conotações negativas oriundas de experiências anteriores. Contudo teve efeitos imprevistos que fugiram ao controlo do doador: criou uma certa ambiguidade em relação ao papel das associações que, ao produzirem um lucro na execução dos trabalhos, operavam à margem da lei, pois de acordo com os seus estatutos não podiam ter lucros.⁶ O governo pareceu estar disposto a “fechar os olhos” por ser uma iniciativa que visava melhorar a qualidade de vida das comunidades. Mas esta situação de ambiguidade legal foi manipulada pelo director da DGASP que, escondendo das associações que na verdade competia com elas pelos fundos do doador, ganhou o espaço que lhe permitiu manipular o processo a vários níveis: argumentava que estas tinham de decidir se eram associações ou empreiteiros; dificultava o trabalho dos técnicos das delegações quando estes eram chamadas pelo doador para fazerem acções de sensibilização sobre a participação da comunidade, fazendo notar que o seu papel era simplesmente o de prestar um serviço técnico; e, finalmente, argumentava que se eram associações deveriam dedicar-se a acções de desenvolvimento comunitário. Independentemente da posição do director, as associações também investiam uma parte dos seus fundos em actividades não produtivas que não correspondiam aos objectivos do doador, tais como uma festa de Natal para as crianças e o melhoramento da cantina da escola. A acção dos actores locais evidencia que este “regime de poder” não era estável, nem absoluto. Por outro lado, ao longo dos anos, as contestações ao programa apareceram, como vimos, dentro da própria equipa expatriada que desejava dar outro rumo ao programa. As restrições financeiras impunham-se contudo de forma irreduzível, apesar de terem sido já identificadas no passado como necessárias pelo pessoal local, nomeadamente no impedimento da introdução de novas áreas de formação.

Numa conversa informal sobre o seu envolvimento no programa, um antigo presidente de uma associação declarou que o doador disfarçava uma antipatia pelas pessoas locais que

Conhecimento em Cabo Verde

tinham um certo nível de educação ou formação, porque não aceitavam o que lhes era dito, mas faziam perguntas e ofereciam sugestões alternativas que interferiam com os objectivos pré-estabelecidos do doador. Sentia que o doador preferia trabalhar com as pessoas que cumprissem, sem questionar, os seus objectivos. Acrescentou ter notado que os europeus, com inclinação socialista, desconfiavam das pessoas formadas oriundas das áreas rurais. Em suma, consideravam-nos incapazes de fazer algo somente para o bem das suas comunidades, sendo o ganho pessoal a sua maior motivação.

Se, por um lado, estas declarações revelam a existência de um “regime de poder,” por outro lado, também revelam que existia resistência. Seria redutor, todavia, analisar as “práticas micro-sociais” de produção de conhecimento exclusivamente à luz de uma dicotomia que designa o “Norte” como “dominador” e o “Sul” como fonte de “resistência.” A conversa informal com o antigo presidente também relevou satisfação com as oportunidades de aprendizagem que lhe foram proporcionadas através do programa de cooperação.

O Conhecimento como uma “Competência Partilhada”

Apesar das suas críticas, o antigo presidente de associação, acima referido, alegou ter aprendido muito com o seu envolvimento no programa. A sua associação foi uma das primeiras a celebrar contratos com o Estado. Tinha um ano de existência quando foi contactada pelo doador para celebrar um contrato de engenharia rural. Nessa altura, explicou o presidente, não sabia nada sobre a matéria. Se tivessem convidado a associação para elaborar um projecto de obras de engenharia rural, não teria tido a capacidade de o fazer. Mas, como todo o processo foi partilhado entre a associação e a DGASP, tornou-se uma valiosa oportunidade de aprendizagem para a associação. Houve o que o presidente chamou “capital de confiança”: o doador confiou a uma associação que apenas existia há um ano um contrato num valor superior a dois mil contos, o que deu visibilidade à associação. Assim, o doador apoiava, mas era a associação que estava na “linha de frente,” isto é, era ela que assinava

os contactos, realizava as obras de engenharia rural, empregava pessoas e aparecia na televisão. Com outros doadores, comentou o presidente, não seria tão fácil.

Difícilmente se pode analisar este testemunho como uma imposição de um “regime de poder.” O presidente demonstrou estar contente com o processo de transmissão de conhecimento através do qual a sua associação adquiriu novas competências. Contudo, na perspectiva de uma imposição de uma política generalizada para os países em vias de desenvolvimento, é de notar que as competências adquiridas correspondiam aos objectivos pré-estabelecidos pelo doador. Outras necessidades de formação, identificadas pelo pessoal local, estavam apenas a começar a ser trabalhadas com a chegada de uma nova equipa expatriada.

A abordagem que a nova equipa tencionava adoptar, centrada no desenvolvimento das capacidades internas de participação e mobilização das associações, corresponde à perspectiva de Friedman. Este autor identifica quatro interpretações diferentes do conceito de necessidade (1996: 65). A primeira interpretação é a de uma necessidade intensa, identificada através do mercado real ou potencial. A segunda entende o conceito de necessidade como uma relação funcional: é necessário “A” para conseguir “B.” A terceira interpreta-a como uma reivindicação política feita por um grupo sobre recursos que são geridos no interesse comum. A quarta e última interpretação designa a necessidade como uma reivindicação política que também seja politicamente aceite e institucionalizada.

Segundo Friedman, a necessidade entendida como uma relação funcional é a interpretação mais comum e influente na orientação das políticas e práticas de cooperação. O autor explica que, habitualmente, estas necessidades são formalmente identificadas por profissionais cujas decisões se baseiam no seu conhecimento científico/técnico da matéria (1996: 66). Neste sentido, a análise de Friedman corrobora a tese de Escobar (1995), demonstrando como a natureza política das necessidades é camuflada por uma linguagem técnica que constrói o saber profissional como a “solução” para os “problemas” do Sul. O programa em Cabo Verde

Conhecimento em Cabo Verde

também tinha sido orientado por esta concepção de necessidade. A proposta do programa apresentada à USAID em inglês declara o seguinte:

By targeting activities which increase productivity there is an improvement in the performance of the economy, and more assets are generated to meet the needs of society. Profits and increased incomes are in turn rolled into investments which increase economic activity and self reliance (ACDI 1996: 52).

Este texto segue o argumento de que é necessário “A” para conseguir “B,” que se reflecte no tipo de formação que tinha sido oferecido às associações: técnicas de conservação para aumentar a produtividade das frentes e contabilidade para assegurar uma boa gestão dos fundos. O pessoal local do programa tinha ainda identificado a necessidade de haver uma formação mais abrangente sobre gestão, porque as associações precisavam ganhar consciência sobre as consequências das decisões tomadas. Referia-se, por exemplo, à prática de pagar bastante aos presidentes, contabilistas e tesoureiros das associações pelo seu trabalho, prática que inevitavelmente diminuía os lucros geridos. Mas no geral, a maioria dos membros das associações não tinha consciência do que se passava.

A formação sobre associativismo apoiada pela nova equipa da *Agricultural Cooperative Development International* constituía um esforço para despertar a consciência dos sócios. Uma das formadoras locais disse-me ser muito comum os conselhos fiscais não funcionarem nas associações e que normalmente só duas ou três pessoas sabiam o que se passava dentro da associação. Quando perguntei à presidente e à tesoureira duma das associações que acompanhava quem era o actual presidente do conselho fiscal, não se lembravam do seu nome. Assisti a acções de formação em várias localidades, e verifiquei, numa destas sessões, que alguns sócios também se queixavam de não estar informados sobre as contas. Um homem presente dizia ter desistido do cargo de presidente de conselho fiscal por não conseguir acesso aos documentos. A formadora insistia que, como membros da associação, tinham todo o direito a essas informações. Neste contexto, o conhecimento poderá ser analisa-

do como um “bem cobijado” pelas pessoas; uma questão a desenvolver mais adiante. O objectivo da nova equipa do doador era que houvesse mais transparência e participação no seio das associações, como pré-condição para poder trabalhar as necessidades como reivindicações políticas.

Uma das associações, que estudei mais de perto, tinha um presidente que soube pressionar as autoridades locais para trazer electricidade à sua aldeia. Contudo, não resolvia de imediato a questão do acesso à electricidade para todos, porque era preciso pagar vinte mil escudos para assinar o contrato de ligação e ter rendimentos suficientes para poder pagar as facturas mensais. Embora a casa do presidente tivesse electricidade, a maioria das casas na sua aldeia continuavam a não ter. Os membros da associação da aldeia também não pareciam estar informadas sobre as contas da associação. Numa das reuniões da assembleia-geral na qual participei, um dos membros fundadores da associação queixou-se de não ter conhecimento do valor total do contrato que tinham assinado com a DGASP e de não estar informado como estava a ser feita a fiscalização das contas. Em Março 2005, tinha havido eleições na associação mas a nova presidente do conselho fiscal ainda não tinha tomado posse e ele, que tinha sido votado vogal, queixava-se de não estar informado sobre o que é que estava a acontecer. Quando acabou de falar, o presidente passou a palavra à sua secretária, antiga presidente do conselho fiscal. Esta respondeu que, embora já não fosse o papel dela, acabou por fazer a fiscalização das contas dos trabalhos feitos e depois explicou tudo à nova presidente, (ausente nesta reunião), com quem ele se devia reunir para clarificar tudo.

Dias depois, a nova presidente do conselho fiscal confirmou, numa conversa privada comigo, que havia uma falta de transparência no uso do dinheiro do contrato. Acrescentou que não estava a trabalhar porque os antigos membros do conselho fiscal ainda não lhe tinham passado a pasta. Queixava-se de não ter visto um único recibo desde que foi eleita há seis meses atrás. Perguntei porque é que não pedia directamente acesso aos documentos e ela explicou que temia ser mal interpretada, como querendo semear desconfi-

Conhecimento em Cabo Verde

ança e criar confusão. Informou também que a pessoa melhor posicionada para falar era o vice-presidente (outro dos cinco homens fundadores) por ser o mais velho e que este iria solicitar um encontro com a direcção. Acrescentou que ela tinha o manual de associativismo que recebeu na formação da ACDI e que poderia levá-lo ao encontro para validar o seu pedido. Descobri mais tarde que apesar de se ter realizado o encontro, o assunto não ficou resolvido. O presidente, com a ajuda do tesoureiro, estava habituado a prestar contas verbalmente nas reuniões sem mostrar facturas e o antigo conselho fiscal nunca lhes tinha exigido comprovativos.

A formação sobre associativismo visava ajudar os membros das associações a ganharem consciência dos seus deveres e direitos como sócios. Porém, o acesso a esta informação não parecia, em si, garantir uma maior participação dos sócios. A referência feita pela nova presidente do conselho fiscal ao uso do manual de associativismo, para legitimar as suas exigências à direcção da associação, comprova que ela tinha consciência dos seus deveres. Contudo, somente se sentia capaz de exigir que fossem cumpridos na presença do vice-presidente. À primeira vista, esta atitude poderá suscitar questões que remetem para as relações de género. Mas, neste caso, tratava-se de uma mulher autónoma, formada, monitora do jardim-de-infância da aldeia, a quem já tinha visto falar sem inibições em outros encontros públicos. A sua preocupação de ser acusada de querer criar “confusões” era partilhada por outros sócios, de outras associações, de ambos os sexos. Por exemplo, os sócios que se pronunciavam nas sessões de formação, às quais assisti, sobre a falta de transparência nas contas, lamentavam a falta de acesso à informação e, ao queixarem-se nas costas do presidente, eram acusados de serem “pé de galo.” Parecia também ser algo comum os sócios não se pronunciarem publicamente. Noutra associação, a presidente confessou-me ter conhecimento da posição de alguns sócios que estavam contra os salários contínuos que a direcção recebia (entre o fim de um contrato e o início do próximo), mas que não se pronunciavam nas reuniões.

Ficou subentendido que ela resolveu não mudar esta política porque ninguém se pronunciou publicamente.

Este pensamento popular de que o sócio que tentasse articular publicamente as suas reivindicações seria visto como “confusento,” e de que o sócio que as articulasse a título privado era “pé de galo,” dificultava a participação das pessoas nas tomadas de decisão da associação. Minava o seu poder psicológico e podia ser manipulado para proteger interesses pessoais. Segundo Friedman, o papel das organizações externas é o de apoiar as pessoas para que se livrem da “dependência tradicional.” Citando Diego Palma, afirma que as organizações comunitárias constituem um lugar onde as pessoas podem aprender a pôr a democracia em prática: defender posições, ouvir a opinião do outro, tomar decisões em conjunto, conceber objectivos em comum e repartir o trabalho (1996: 83). Ao contrário de Escobar, Friedman acredita que a cooperação pode ter um papel construtivo neste domínio, ajudando a aumentar o poder psicológico das pessoas, para o qual criou o conceito de “empowerment.” No caso das associações, o poder psicológico poderia ser visto como o poder de “criar confusão.”

O Conhecimento como um “Bem Cobiçado”

A falta de transparência no seio de algumas associações revela como o conhecimento pode ser analisado como um bem valioso, escasso e cobiçado pelas pessoas. As lutas de poder que este “bem” engendra a nível local eram evidentes no caso da associação cujo novo conselho fiscal não conseguia funcionar.

Também havia queixas, por parte dos sócios, de falta de transparência na escolha de trabalhadores para as frentes da associação.⁷ Estes sócios diziam que, contrariamente ao primeiro ano do contrato, não se realizou reunião nenhuma para seleccionar os mais necessitados. As pessoas foram chamadas de noite e alguns sócios ficaram sem trabalho. A maioria dos trabalhadores que foram seleccionados era recém-chegada à associação: nas palavras dos sócios antigos eram “sócios por causa do trabalho,” próximos do presiden-

Conhecimento em Cabo Verde

te. Este parecia estar a “comprar” votos para as próximas eleições. Segundo a presidente do conselho fiscal, estes sócios não tinham a menor ideia, nem das obrigações da associação no que dizia respeito ao cumprimento do contrato, nem dos problemas de transparência que havia. O que queriam era trabalho. Ela, por outro lado, tinha o seu trabalho assegurado como monitora do jardim-de-infância, mas sempre foi sócia por reconhecer o valor da associação para a comunidade. Esta também era a posição do vice-presidente da associação, um professor reformado que tinha anos de experiência no cooperativismo. Tinha-se candidato à presidência nas últimas eleições e perdeu por poucos votos. O vice-presidente também se queixava de que o presidente tinha feito a identificação do plano de obras sozinho, o que, segundo as normas do programa, deveria ser feito numa assembleia-geral.

A obstrução do acesso à informação por parte do presidente aos membros do conselho fiscal materializava-se em involuntários, mas consistentes “esquecimentos,” sempre que era necessário divulgar reuniões ou encontros de esclarecimento com pessoal do programa. Em certa ocasião, esclareci um ponto técnico sobre o contrato junto da Organização das Associações de Agricultores, Pecuários e Avicultores da Ilha de Santiago (OASIS), que tinha desencadeado uma grande discussão na associação. No fim da minha explicação ao presidente da associação, este respondeu-me “eu já sabia, mas deixei-os ficar na confusão.” As palavras do presidente revelam, de uma outra forma, o poder de “criar confusão.”⁸ No seu caso, tratava-se de “criar confusão” para proteger os seus interesses pessoais, que, poderá ser analisado em termos da tipologia, como um exemplo do conhecimento entendido como um “bem cobiçado.” No caso referido acima, o poder de “criar confusão” refere-se, pelo contrário, ao poder de exigir que o conhecimento seja partilhado.

Estes exemplos revelam as limitações inerentes à análise das “práticas micro-sociais” de produção de conhecimento exclusivamente à luz de uma dicotomia Norte/Sul que designa o “Norte” como “dominador.” Pelo contrário, o doador tinha uma política de não interferência directa nos

assuntos internos das associações. Contudo, as associações eram obrigadas a cumprir o que estava estabelecido nos seus contratos assinados no âmbito do programa e foram estas exigências que ajudaram a legitimar as reivindicações dos sócios que exigiam uma participação mais alargada nas tomadas de decisão.

Quando perguntei ao vice-presidente da associação acima referida, se notava alguma diferença na associação desde que esta entrou no programa de cooperação, este anuiu com entusiasmo. Afirmou que trouxe mais dinamismo à associação, que as reuniões de assembleia-geral se realizavam com maior frequência, que os sócios estavam mais interessados em participar e, por último, que trouxe mais exigência para que houvesse transparência na utilização dos dinheiros. Antes, ninguém sabia, nem perguntava nada sobre o fundo da associação.

A resposta do vice-presidente demonstra como a presença do doador ajudou a aumentar o poder reivindicativo dos sócios. Contudo, é de notar que as pessoas que exigiam mais transparência não precisavam de trabalho. O aumento de dinamismo e níveis de participação, referido pelo vice-presidente, no seio da associação, estava directamente relacionado com o trabalho nas frentes. Para muitos dos sócios, se não havia contrato não havia associação. Este era o caso de uma associação que já se tinha “graduado” do programa. Há bastante tempo que não reunia a assembleia-geral, porque, como explicava a presidente, “não temos contrato.” Os sócios também já não pagavam as cotas mensais, pela mesma razão. Verifiquei, durante o meu trabalho de campo, que arranjar um lugar nas frentes de trabalho da associação parecia ter constituído a maior preocupação destes sócios. Nas palavras de um técnico cabo-verdiano da ACDI que também era membro de uma associação: “É uma necessidade da qual não se pode fugir.” “Para mim, a associação acabou,” afirmou, numa sessão de formação, uma mulher de outra associação, que, embora se tivesse “graduado” do programa, tinha uma pequena fábrica de gabiões⁹ e uma longa história de parcerias com outros doadores.

Conhecimento em Cabo Verde

A maioria dos sócios entendia que a principal função das associações era a de satisfazer as suas necessidades de emprego. Visto da perspectiva de Friedman (1996), os sócios articulavam as suas reivindicações em termos de uma relação funcional: precisavam dum lugar na frente de trabalho para garantir ou melhorar a subsistência diária. Enquanto esta necessidade não fosse satisfeita, dificilmente haveria abertura para reconhecer o potencial na associação de identificar e articular reivindicações políticas. Porém, as associações não tinham capacidade de empregar todas as pessoas. Isto constituía o maior desafio da nova equipa expatriada do doador: fazer perceber que apesar das associações não poderem ser máquinas de emprego, ainda tinham um papel importante a exercer na comunidade. Para este efeito, era imprescindível que o conhecimento fosse partilhado entre todos ao invés de cobiçado e retido para satisfação dos interesses pessoais dos dirigentes. Como vimos, era fácil manipular a vulnerabilidade dos sócios.

Torna-se relevante aqui retomar o comentário dum antigo presidente sobre os preconceitos dos doadores estrangeiros, que imputavam automaticamente motivações de ganho pessoal às pessoas formadas oriundas das áreas rurais. Ao sentir a preferência do doador em trabalhar com as pessoas menos formadas que cumprissem, sem questionar, os seus objetivos, a experiência do presidente indica que o conhecimento também poderia ser “cobiçado” pelo doador.

A Outra Face da Moeda

A tipologia de conhecimento proposta neste estudo evidencia aspectos diferentes do seu processo de construção. O conhecimento como um “regime de poder” que é imposto salienta a influência superior do doador em determinar o que é considerado válido como conhecimento, sem pôr de parte a hipótese de contestações. Numa reunião entre o doador e a OASIS, por exemplo, vários presidentes das associações queriam saber porque é que a nova equipa não autorizava a inclusão de cisternas nos seus planos de conservação. Um presidente explicou que as cisternas comunitárias constitu-

íam uma forma muito eficaz de captar a água da chuva: a sua aldeia tinha sete que a chuva já tinha enchido e portanto esta deveria ser uma prioridade para todas as localidades. Outro acrescentou que as cisternas familiares desempenhavam um papel importante no combate à erosão e que deviam ser construídas à frente dos diques; captavam a água primeiro e impediam, desta forma, que a terra deslizesse para baixo. Outro presidente, evocando os objectivos do programa, exclamou que as cisternas familiares eram importantes para a própria luta contra a pobreza. Havia uma certa indignação na voz de alguns deles, que, determinados em demonstrar o seu conhecimento sobre a matéria, queriam saber porque é que a sua opinião não era valorizada. A explicação era simples: as cisternas não faziam parte dos indicadores de avaliação do programa. A ACIDI tinha de dar prioridade a diques, reservatórios e outros indicadores pré-estabelecidos. Esta resposta foi dada por um técnico cabo-verdiano que acrescentou que ele era do meio rural e que portanto conhecia muito bem o valor das cisternas. Achava que era preciso estudar uma forma de as incluir como indicadores. Mais tarde explicou-me que, em resposta às necessidades locais, as equipas anteriores tinham financiado muitas cisternas, mas como estas não contavam como indicadores de avaliação e o programa estava no último ano, não foi possível autorizar mais construções.

Pode-se interpretar a escolha de indicadores de avaliação como uma forma de imposição dado que as pessoas não parecem ter sido consultadas. Contudo, a justificação oferecida pelo técnico alerta para o risco de imputar demasiada intencionalidade à ideia de dominação. As equipas anteriores foram sensíveis aos pedidos locais deixando o problema formal de avaliação para a última equipa. O técnico também comentou comigo que a OASIS tinha uma má impressão do doador, quando a única coisa que o doador queria era o bem das associações.

O conhecimento entendido como um “bem cobiçado” destaca as lutas locais de poder entre diferentes actores sociais. Os presidentes que dificultavam o acesso dos sócios ao conhecimento sobre as finanças das suas associações

Conhecimento em Cabo Verde

demonstram que não é somente o doador que poderá ser visto como dominador. O objectivo de combater a influência dum pensamento popular que dificultava expressões públicas de descontentamento e obstruía a participação das pessoas nas tomadas de decisão da associação, mostra outra faceta do doador. O seu investimento na formação das pessoas sobre os seus direitos e deveres como associados atribui-lhe um potencial papel de “libertador,” dado que visa fornecer às pessoas os instrumentos necessários para articularem as suas reivindicações. Neste contexto, o processo de construção de conhecimento poderá ser analisado como uma partilha de competências.

Estas inter-relações entre as diferentes vertentes da tipologia de conhecimento mostram como nenhuma delas serve, por si só, para captar a complexidade dos processos sociais na sua totalidade. Existe sempre a outra face da moeda. Se, por um lado, o programa pode ser visto como um regime de poder imposto no meio rural em Cabo Verde, por outro lado também poderá ser analisado como um potencial instrumento de “*empowerment*” que capacita as pessoas para reivindicar os seus direitos e enfrentar os abusos locais de poder. Se o doador trabalha com objectivos pré-estabelecidos que determinam os conteúdos e as formas de implementação, também deposita nas associações um “capital de confiança” que lhes concede a responsabilidade da gestão de frentes de trabalho. Conjugas as três vertentes da tipologia de conhecimento ajuda a iluminar os diferentes ângulos dos processos de construção de conhecimento, tornando compreensíveis aparentes paradoxos. A tentativa de conjugá-las neste estudo reflecte um esforço de abrir caminho para conciliar duas abordagens, tradicionalmente opostas. A primeira é a da antropologia do desenvolvimento que examina o desenvolvimento como um processo sócio-cultural e político. Inspirada nos estudos pós-coloniais, esta abordagem tem analisado o desenvolvimento como uma forma de neo-colonialismo. A outra abordagem é a da antropologia aplicada que utiliza o conhecimento antropológico na implementação e avaliação de projectos e políticas de desenvolvimento. Proponho que pela conjugação destas vertentes da tipologia, ambas as

abordagens poderão ser enriquecidas. Na antropologia aplicada, esta tipologia ajuda a reconhecer a importância das relações estruturais de poder, e conseqüentemente alerta para a necessidade de se criar espaços mais equilibrados de negociação entre o doador e os beneficiários. Na antropologia do desenvolvimento, a tipologia contribui, por sua vez, pelo convite a uma abertura de análise que rejeite o cinismo e esteja disposta a reconhecer as possibilidades de entreajuda explícitas na etimologia da própria palavra “cooperação.”¹⁰

Notas:

1. A teoria de Foucault, sobre a relação entre conhecimento e poder, sustenta que a produção do conhecimento não deve ser vista como um processo natural. O conhecimento não é produzido através de uma transferência espontânea da realidade para a linguagem, mas por uma série de discursos que conseguem reprimir discursos alternativos e se tornam dominantes (1980: 25). Isto significa que não há nenhuma essência, nem verdade absoluta que determine o que constitui o conhecimento, dado que a distinção entre o que é verdadeiro e o que é falso se situa num campo político. Não se trata de descobrir “a verdade,” mas pelo contrário, de investigar as estratégias utilizadas para constituir e acumular conhecimento. Por outras palavras, interessa examinar os mecanismos através dos quais o poder é exercido.

2. O cabouqueiro abria os caboucos que são fossos ou valas para se assentarem os alicerces de uma construção.

3. Outra medida foi a transferência da gestão de algumas frentes para as câmaras locais: embora neste caso como não trabalhavam à empreitada os objectivos parecem ter sido mais de cariz político partidário.

4. Santo Antão, Fogo e mais tarde São Nicolau.

5. <http://www.acdivoca.org/acdivoca/Acdiweb2.nsf/whoweare/aboutacdivoca?opendocument>.

6. Ver Boletim Oficial, (1987), 4 Suplemento, 31 de Dezembro, No.52. Lei no. 28/III/87: “Regula o exercício da liberdade de associação..” (6-8). Praia: INCV.

7. A questão de exclusividade também foi registada por Temudo no caso de outra associação na Ilha de Santiago, que dificultava a entrada de novos membros por não querer partilhar os benefícios. No seu estudo, Temudo (2008) questiona se a transferência das frentes de trabalho do Estado para as associações não estará a criar “maiores desigualdades sociais no campo” (2008: 46).

8. Os meus agradecimentos a Marina Temudo por me ter chamado atenção a este ponto.

9. Cestos cilíndricos que se enchem com terra ou pedras para serem utilizados nas obras de engenharia rural.

Conhecimento em Cabo Verde

10. Uma primeira versão deste artigo foi apresentada no Terceiro Congresso da Associação Portuguesa de Antropologia, “Afinidade e Diferença” realizado em Lisboa de 6-8 Abril 2006. O trabalho de campo foi realizado entre 1996 e 1997 (12 meses), seguido de um período de três meses entre Julho e Setembro de 2005. O financiamento para ambos os períodos de trabalho foi concedido pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito de bolsas de doutoramento e de pós-doutoramento. Os meus agradecimentos a Marina Temudo e a Cláudia Pazos Alonso por terem insistido comigo para publicar este artigo. Também agradeço a Marina Temudo e a Filipa Zacarias por terem feito, em conjunto, a revisão do português.

Bibliografia:

Bill C., e Kothari, U. (Eds). *Participation: The New Tyranny*. London: Zed Books, 2001.

Cooper, F., e Packard R. (Eds) *International Development and the Social Sciences: Essays on the History and Politics of Knowledge*. Berkeley: University of California Press, 1997.

Crewe, E., e Harrison, E. *Whose Development? An Ethnography of Aid*. London: Zed Books, 1998.

Crush, J. (Ed). *Power of Development*. London: Routledge, 1995.

Edwards, M. “The Irrelevance of Development Studies.” *Third World Quarterly* 11.1 (1989): 116-36.

Escobar, A. *Encountering Development: The Making and Unmaking of the Third World*. Princeton: Princeton University Press, 1995.

Featherstone, M. *Undoing Culture: Globalization, Postmodernism and Identity*. London: Sage Publications, 1995.

Ferguson, J. *The Anti-politics Machine: 'Development,' Depoliticisation and Bureaucratic Power in Lesotho*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

Foucault, M. *Power/Knowledge: Selected Interviews and Other Writings, 1972-1977*. C. Gordon (Ed). New York: Pantheon, 1980.

Frank, G. *Capitalism and Underdevelopment in Latin America*. New York: Monthly Review Press, 1967.

Elizabeth Pilar Challinor

Friedman, J. *Empowerment uma Política de Desenvolvimento Alternativo*. Lisboa: Celta, 1996.

Giddens, A. *Runaway World: How Globalisation is Shaping Our Lives*. London: Profile Books, 1999.

Hobart, M. (Ed). *An Anthropological Critique of Development*. London: Routledge, 1993.

Jameson, F. "Notes on Globalization as a Philosophical Issue." In *The Cultures of Globalization*. F. Jameson e M. Miyoshi (Eds). Durham: Duke University Press, 1998. 54-77.

Long, N., e Long, A. (Eds). *Battlefields of Knowledge: The Interlocking of Theory and Practice in Social Research and Development*. London: Routledge, 1992.

Sachs, W. (Ed). *The Development Dictionary: A Guide to Knowledge as Power*. London: Zed Books, 1992.

Santos, Boaventura de Sousa. (Ed). *Globalização: Fatalidade ou Utopia?* Porto: Afrontamento, 2001.

Sutcliffe, B. "The Place of Development in Theories of Imperialism and Globalization." In *Critical Development Theory: Contributions to a New Paradigm*. R. Munk e D. O'Hearn (Eds). London: Zed Books, 1999. 135-54.

Temudo, M. *A Terra está a Emagrecer. Santiago, Cabo Verde*. Lisboa: Periploi, 2008.